

## EDITORIAL

E encerra-se 2014. O presente ano, de muitas conquistas e desafios para o Programa de Mestrado do Unicuritiba, fecha mais um ciclo que coloca a Revista Jurídica num patamar internacionalizado e de incidência em Programas de Pós-Graduação em Direito de quase todos os estados da Federação.

Nesta edição, contamos com a colaboração de artigos de Minas Gerais, Pará, São Paulo, Goiás, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, além das contribuições dos colegas do Paraná e professores da Argentina, México e Portugal.

Na presente edição, a contribuição do Professor da Universidade Viña del Mar, Chile, Antonio Faundez Ugalde, em seu artigo intitulado por “*Los Establecimientos Permanentes y el Comercio Internacional Desarrollado en Forma Electrónica: ¿Una Adecuación Conceptual en los Convenios de Doble Tributación Internacional?*” analisa a crise enfrentada pelos estabelecimentos permanentes, especialmente em sua adequação as novas exigências do comércio internacional desenvolvido eletronicamente.

O Prof. Dr. Francisco Javier Dorantes Díaz da Universidade Nacional Autônoma do México, em seu artigo “*La Interpretación Constitucional y el Control De Convencionalidad. en la Construcción de una Nueva Dogmática. Una Aproximación A Sus Principales Dificultades Técnicas*” realiza estudo sobre as dificuldades enfrentadas pelos juízes na implementação de suas novas obrigações constitucionais e do controle de convencionalidade no âmbito de reformas constitucionais recentes.

O Doutor pela Universidade de Coimbra, Portugal, Gonçalo S. De Melo Bandeira, no artigo denominado “*A Responsabilidade das Empresas pelo Crime de Corrupção: O Caso Português a Partir de uma Perspectiva de Direito Penal, mas Também de Criminologia*”, investiga a responsabilidade penal das empresas pelo crime de corrupção, passando por uma análise deste tipo penal na legislação Portuguesa e a sua aplicabilidade na jurisprudência.

A Prof. Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco, Ingrid Zanella Andrade Campos, em seu artigo “*O Monitoramento da Poluição Atmosférica: Em*

*Busca da Qualidade Ambiental*” trata da necessidade de controle e monitoramento ambiental contínuo das fontes de poluição atmosférica, passando por sua previsão constitucional e a normatização infraconstitucional.

O Professor de Direito na FUPAC Nova Lima, Eduardo Henrique Puglia Pompeu e o Mestrando em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara, Eriton Geraldo Vieira, no artigo “*O Direito Constitucional e as Práticas Adotadas para Estímulo à Sustentabilidade no Direito Comparado: Brasil e Eua*” analisam a proposta constitucional bem como os instrumentos adotados para estimular as práticas de sustentabilidade, em busca da garantia de vida das presentes e futuras gerações.

O Prof. Doutor da Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão, Giorge André Lando e a Acadêmica de Direito pela mesma instituição, Rita de Cássia Leite Corso, no artigo intitulado por “*Direitos da Personalidade: A Classificação dos Direitos do Nascituro*”, versam sobre a existência e a classificação dos direitos de personalidade do nascituro, a partir de sua natureza jurídica.

O Pós Doutor em Direito Ambiental na Universidade Federal de Santa Catarina e pela Universidade de Alicante – Espanha, Zenildo Bodnar e o Doutorando em Direito Público pela Università degli Studi di Perugia – Itália, Márcio Ricardo Staffen, no artigo “*Meio Ambiente Enquanto Objeto da Tutela Jurisdicional*” tratam sobre os múltiplos obstáculos que a visão garantística desperta nos mais variados discursos teóricos e nos exercícios práticos acerca da preocupação instrumentos de proteção e garantia do meio ambiente.

O Professor Bruno Soeiro Vieira da Faculdade do Pará, em seu artigo “*O Desrespeito à Política Nacional de Resíduos Sólidos: um Estudo de Caso – Ilha Do Mosqueiro, Belém/Pará*” investiga o cabimento da responsabilização do Município de Belém (PA), através de seu gestor público, pela infração das normas que determinam o adequado tratamento dos resíduos sólidos produzidos em Belém.

O Prof. Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo, Rui Carlo Dissenha, em seu artigo intitulado por “*Do Iraque ao Iraque Outra Vez: O Jus Ad Bellum no Contexto Internacional Depois de 10 Anos da Invasão Iraquiana*”

discute sobre a fundamentação do *jus ad bellum* no contexto dos anos que seguiram ao fim da Guerra Fria.

O Mestre em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, no artigo “*A Omissão na Declaração de Inconstitucionalidade: Análise Do Discurso Sobre o Cabimento de Embargos de Declaração nas Declarações de Inconstitucionalidade*” analisa o discurso das decisões dos ministros do Supremo Tribunal Federal em embargos de declaração opostos contra a declaração de inconstitucionalidade que deixou de apreciar a modulação temporal dos efeitos por falta de requerimento das partes.

A Mestre em Business Strategy pela Maastricht University Business School – Holanda, Lenine Munari Mariano Da Rocha, em seu artigo “*O Redirecionamento da Execução Fiscal para o Sócio Gerente cujo nome consta na Certidão da Dívida Ativa – Uma Análise do Entendimento do STJ*” aborda sobre o redirecionamento da execução fiscal para a figura sócio gerente da pessoa jurídica, cujo nome consta na Certidão da Dívida Ativa (CDA), realizando uma análise crítica do atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

O Prof. Doutor Nivaldo dos Santos da Universidade Católica de São Paulo e o Mestrando Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás, Diego Guimarães de Oliveira, no artigo “*A Patenteabilidade de Tecnologias Verdes Como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável*” realizam estudo sobre a patenteabilidade de tecnologias ambientais como instrumento propulsor e de vivência do desenvolvimento sustentável.

Os Mestrandos em Sistema Constitucional de Garantias de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino – ITE/Bauru, Bernardo Silva de Seixas e Roberta Kelly Silva Souza, no artigo “*A Resolução N. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a Tensão Entre os Poderes Constituídos*” realizam pesquisa sobre a possibilidade de atribuição de competência normativa a órgãos do Poder Judiciário, com a finalidade de fundamentar a possibilidade desses ultrapassarem os obstáculos impostos pela inércia legislativa e realizarem o cumprimento das determinações constitucionais via decisões judiciais ou atos normativos secundários.

O Doutorando em Direito Internacional Privado pela Universidad de Valencia – Espanha, Thiago Paluma em coautoria com a Bacharel em Direito pela

Universidade Federal de Uberlândia, Rebecca Paradellas Barrozo e o Bacharelado do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia, Stevan Bernardino Silva, no artigo “*O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: de Nogueira de Carvalho à Guerrilha do Araguaia*” versam sobre os casos em que o Brasil foi demandado na Corte Interamericana de Direitos Humanos por violar ou negligenciar tais direitos em seu território, analisando a influências dessas demandas na promoção da efetividade dos direitos humanos.

O Prof. Doutor José Sebastião de Oliveira do Centro Universitário Cesumar em coautoria com o Doutorando em Direito pela Faculdade Autônoma de São Paulo, Diego Prezzi Santos e o Doutorando em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP), Pedro Faraco Neto, no artigo “*Jusnaturalismo e Função Social do Direito: A Origem Mítica do Direito Natural e a Função Social sob as Luzes no Naturalismo*” estudam a noção de mito como explicação do mundo da vida para concluir que a tutela dispensada às pessoas na Antiguidade era vinculada não à disposições legais e sim, muitas vezes, ao culto mítico que tinha plena aceitação social.

O Professor do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba, Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini e o Especialista em Ministério Público pela Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná, Edinaldo dos Santos Coelho, apresentam a segunda parte do artigo denominado “*Incidência da Lei de Improbidade Administrativa ao Terceiro Setor: Instrumento de Controle para Garantia de Direitos Fundamentais*”, no qual objetivam evidenciar a incidência da Lei de Improbidade Administrativa ao Terceiro Setor, bem como a maneira com que isso deverá ocorrer.

O Professor do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba, José Edmilson de Souza-Lima em coautoria com o Mestre em Direito pela mesma instituição, Marcus Venício Cavassin e o Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento, David Fadul, no artigo “*O Ato de Ensinar: Estágio da Docência no Campo Jurídico*” refletem sobre o ato de ensinar no campo jurídico, analisando as três técnicas de ensino-aprendizagem aplicadas na graduação em Direito do Centro Universitário Curitiba.

O Prof. Doutor do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba, Fernando Gustavo Knoerr e os Mestrandos pela mesma instituição, Roberlei Aldo Queiroz e Juarez Ribas Teixeira Jr., no artigo “*Controle e Vigilância do Cidadão Através do Poder Público. Um Diálogo Com Michel Foucault e Hans Jonas sobre Programas de Governo*” realizam estudo dos pensamentos de Michel Foucault e Hans Jonas sobre biopolítica, rede de poder e princípio responsabilidade, traçando paralelos com programas públicos atuais de Governo e suas vertentes com o controle e vigilância sobre a vida do cidadão.

O Professor Luís Alexandre Carta Winter do Centro Universitário Curitiba e a Mestranda em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no artigo “*O Acordo TRIMs e o Programa “Inovar Auto”: Medidas de Investimentos no Setor Automotivo Proibidas Pela OMC*” analisam o Programa e do Acordo TRIMs e a incompatibilidade entre a política pública brasileira e os compromissos multilaterais firmados.

A Prof. Doutora e Coordenadora do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba, Viviane Coelho de Sellos-Knoerr e a Mestranda pela mesma instituição, Liana Maria Taborda Lima, no artigo “*A Responsabilidade Civil no Caso de Abuso de Poder Fiscal*” tratam sobre a responsabilidade civil do Estado quando de uma atuação com abuso ou desvio perpetrada pelo agente fiscal, buscando estabelecer a linha que separa a atuação estatal legítima da consecução deste da atuação nefasta ao contribuinte.

A Prof. Doutora do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba, Sandra Maciel-Lima e os Acadêmicos de Direito pela mesma instituição, Jefferson Holliver Motta e Marília da Cunha e Silva, no artigo “*Descentralização do Sistema Único de Saúde: As Dificuldades de o Município Programar*” tratam sobre as dificuldades que levam o município a se programar e fazer cumprir o Direito Constitucional à Saúde de maneira mais efetiva.

Muitas oportunidades se abrem, projetos se concretizam. Para os leitores, um ano de 2015 repleto de realizações, estruturações, metas e propósitos alcançados e a certeza de que um Programa *Stricto Sensu* se constrói sob os vieses da colaboração de da solidariedade.

Excelentes leituras!!!

**Editores**

**Dr. Paulo Ricardo Opuszka**

**Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr**